



**Poder Judiciário do Maranhão  
Tribunal de Justiça**

**CLIPPING ELETRÔNICO**

**23/10/2010**



# INDICE

---

1. JORNAL A TARDE	
1.1. CARTÓRIOS.....	1
1.2. CÂMARA CRIMINAL DE JUSTIÇA.....	2
1.3. DESEMBARGADORES.....	3 - 4
1.4. HOMENAGEM.....	5
2. JORNAL ATOS E FATOS	
2.1. DESEMBARGADORES.....	6 - 7
3. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
3.1. AVISO.....	8
4. JORNAL O DEBATE	
4.1. JUIZADOS ESPECIAIS.....	9
4.2. SERVIDORES.....	10 - 12
5. JORNAL O IMPARCIAL	
5.1. CARTÓRIOS.....	13
6. JORNAL PEQUENO	
6.1. CARTÓRIOS.....	14
6.2. DESEMBARGADORES.....	15 - 16
6.3. FORAGIDOS.....	17
6.4. SISTEMA DE PLANEJAMENTO.....	18 - 19
7. JORNAL TRIBUNA DO NORDESTE	
7.1. CARTÓRIOS.....	20
7.2. DESEMBARGADORES.....	21

### **CORREGEDORIA MANTÉM INTERVENÇÃO EM CARTÓRIO DE TIMBIRAS**

A Corregedoria Geral da Justiça (CGJ) decidiu manter sob intervenção o cartório de ofício único de Timbiras (a 309 km de São Luís). O corregedor Antonio Guerreiro Júnior prorrogou a medida a pedido de Comissão Processante da CGJ e designou a titular do cartório de Igarapé Grande, Gabriella Dias Caminha, para continuar respondendo pelo cartório timbirense enquanto estiverem suspensos os registradores titulares. O corregedor afastou os titulares Léa Nunes de Melo e Alvim e Luís Antônio Nunes de Melo e Alvim (mãe e filho), após a Polícia Federal detectar e apreender, no final de abril, 1.484 documentos fraudados na serventia extrajudicial, em maioria registros de nascimento. Desde então eles respondem a processo administrativo.

## Tribunal nega redução de pena a condenado por emitir cheque sem fundos

Em sessão das Câmaras Criminais Reunidas, ontem, o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) manteve a pena de Cícero dos S. Guedes, de 3 anos de reclusão, em regime semi-aberto, por ter efetuado pagamento a uma empresa de aluguel de máquinas e equipamentos com cheques sem fundos, no valor de R\$ 3.050,00. Por maioria de votos, o órgão colegiado negou o pedido de revisão, mas reduziu a multa imposta ao réu.

Os desembargadores Froz Sobrinho (relator) e José Luiz Almeida (revisor) mantiveram a decisão já proferida em acórdão pelo desembargador Bayma Araújo, e sentenciada pela juíza Maria da Conceição Mendonça, na 5ª Vara Criminal de São Luís, na parte referente à pena de reclusão. A magistrada relatou que, na fase de inquérito, o réu se comprometeu a liquidar o débito em 24 horas

e não o fez.

Em data posterior, foi proposta a suspensão do processo, desde que houvesse reparação do dano, condição aceita pelo acusado. Pouco tempo depois, o advogado da empresa "Tempo Aluguel e Locação" alegou que Guedes ofereceu como pagamento um imóvel que não lhe pertencia, conforme certidão de cartório de registro de imóveis. Em depoimento, um representante da empresa ainda falou sobre a oferta de um veículo que já teria sido vendido pelo acusado a outras três pessoas.

A defesa alegou não haver fraude na emissão de cheques, por considerar ausência de dolo, e que o réu é primário, por não haver outra sentença condenatória com seu nome. Para a juíza, houve a vontade livre e consciente de ludibriar alguém, além de notícias, no processo, de que o réu era contumaz

na prática, entendimento com o qual concordou o desembargador Froz Sobrinho.

O parecer da Procuradoria Geral de Justiça também foi pela improcedência, porém modificado em banca pelo procurador de justiça Eduardo Nicolau para adaptar a redução da multa. Houve debate entre os desembargadores para definir a votação pela improcedência ou procedência parcial, mas prevaleceu o voto da maioria, de acordo com o relator, pela improcedência, apenas reduzindo a pena pecuniária de mil dias-multa para 30 dias-multa.

### **GUERREIRO JÚNIOR ABRE PROCEDIMENTO CONTRA JUIZ DA COMARCA DE D. PEDRO**

O corregedor geral de Justiça, desembargador Guerreiro Júnior, determinou nesta sexta-feira (22), abertura de procedimento administrativo contra o juiz Thales Ribeiro de Andrade, da comarca de D. Pedro. O magistrado é acusado de supostas irregularidades no exercício da magistratura, o que motivou um elenco de denúncias que vem sendo amplamente divulgadas pela mídia. Guerreiro Júnior estipulou o prazo de 15 dias para que o magistrado venha a apresentar sua defesa. O juiz é acusado, dentre outras coisas, de, em atendimento a um pedido da prefeita da cidade, determinar ao delegado de polícia local Otávio Cavalcante Dilma Diogo, cumprir um mandado de busca e apreensão, executando a ação ordinária do processo 547/2010, proposta pelo Município contra o Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Dom Pedro, Joselândia, Santo Antonio dos Lopes e Senador Alexandre Costa para proceder a busca e apreensão de uma motocicleta de propriedade de Ivanildo Rosa Sobral, cunhado de Vera Alves, que é presidente da entidade.

A JUIZA AUXILIAR da presidência do Tribunal de Justiça do Maranhão, Sônia Amaral Fernandes, mais uma vez é a convidada pelo Banco Mundial para falar sobre a experiência do Brasil no combate à Violência Doméstica. A palestra da juíza vai acontecer em Washington DC, capital dos Estados Unidos, no dia 11 de novembro, na sede do Banco, durante o “Law and Justice Fórum”, evento para assessores jurídicos e convidados.....





### **Autoridades vão receber Medalha do mérito Judiciário no TJMA**

Na sessão desta quarta-feira (20) o Pleno do Tribunal de Justiça aprovou a concessão da Medalha do Mérito Judiciário “Antonio Rodrigues Vellozo” a diversas autoridades: o conselheiro Milton Nobre (CNJ); o Coronel Carlos Henrique Guedes, Comandante do 24º BC; e o Presidente da Assembléia Legislativa do Estado, deputado Marcelo Tavares, o Superintendente da Polícia Federal no Maranhão, Fernando Segóvia, presidente do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais do Brasil, Marcus A. de Souza Faver e a juíza Maria da Conceição Mendonça Torres para receber a Medalha do Mérito Judiciário “Bento Moreira Lima”, com 20 anos de bons serviços prestados à magistratura. Os nomes dos agraciados foram aprovados em comissão especial.

## Corregedor começa investigar juiz da comarca de Dom Pedro

O corregedor geral de Justiça, desembargador Guerreiro Júnior (foto), determinou ontem (22), abertura de procedimento administrativo contra o juiz Thales Ribeiro de Andrade, da comarca de D. Pedro. O magistrado é acusado de supostas irregularidades no exercício da magistratura, o que motivou um elenco de denúncias que vem sendo amplamente divulgadas pela mídia. Guerreiro Júnior estipulou o prazo de 15 dias para que o magistrado venha a apresentar sua defesa. **PÁGINA 3**





## ↗ DENÚNCIAS

# Guerreiro Júnior manda investigar juiz da comarca de Dom Pedro

O corregedor geral de Justiça, desembargador Guerreiro Júnior, determinou ontem (22), abertura de procedimento administrativo contra o juiz Thales Ribeiro de Andrade, da comarca de D. Pedro. O magistrado é acusado de supostas irregularidades no exercício da magistratura, o que motivou um elenco de denúncias que vem sendo amplamente divulgadas pela mídia. Guerreiro Júnior estipulou o prazo de 15 dias para que o magistrado venha a apresentar sua defesa.

O juiz é acusado, dentre outras coisas, de, em atendimento a um pedido da prefeitura da cidade, determinar ao delegado de polícia local Otávio Cavalcante Dilma Diogo, cumprir um mandado de busca e apreensão, executando a ação ordinária do processo 547/2010, proposta pelo Município contra o Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Dom Pedro, Joselândia, Santo Antônio dos Lopes e Senador Ale-

xandre Costa para proceder a busca e apreensão de uma motocicleta de propriedade de Ivanildo Rosa Sobral, cunhado de Vera Alves, que é presidente da entidade.

A execução foi em decorrência do magistrado haver declarado irregular uma greve deflagrada pelos professores municipais de Dom Pedro. A sindicalista revelou que a apreensão do veículo foi em função de uma dívida de R\$ 70 mil, aplicada contra ela, referente a uma multa/diária de R\$ 5 mil, imposta desde o dia 27 de setembro.

Diz ainda a sindicalista, numa carta que foi publicada pelo Jornal Pequeno, que Thales Ribeiro bloqueou 30% do seu salário. O desembargador Guerreiro Júnior destacou que as denúncias são graves, enfatizando que a serem comprovadas sua veracidade o juiz sofrerá as sanções cabíveis.

O corregedor geral de Justiça afirmou, ainda que existe a questão da precedência contra o juiz, que já foi adver-

tido pelo Pleno do Tribunal de Justiça, em março de 2009. Ficou constatado, naquele período, segundo Guerreiro Júnior, que Thales Ribeiro foi beneficiado com despesas de hospedagens pagas pela prefeitura de Dom Pedro, sob a administração do ex-prefeito Ribamar Filho, com recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (Fundef).

"A Controladoria Geral da União comprovou que o juiz foi beneficiado com 330 diárias, referente a sua estada na cidade de setembro a dezembro de 2005 e de abril a outubro de 2006, num total de R\$ 6.600", destaca o desembargador. Thales Ribeiro também foi punido com a pena de censura, pelo fato de não residir na cidade.



Corregedor geral da Justiça, Guerreiro Júnior



**ESTADO DO MARANHÃO - PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO N°. 58/2010  
Processo n°. 21.289/10**

A Divisão de Licitação e Contratos do Tribunal de Justiça do Maranhão torna público que fará realizar, sob a égide da Lei n°. 10.520/02, Lei Complementar n°. 123/06, do Decreto Estadual n°. 26.645/10, do Decreto Estadual n°. 24.629/08 e subsidiariamente as disposições da Lei n°. 8.666 de 21 de junho de 1993 e Decreto Federal n°. 5.450/05, licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Tipo MENOR PREÇO, POR GRUPO, pelo Sistema de Registro de Preços, para a contratação de empresa especializada em instalação, das unidades condensadora e evaporadora com suporte e mão-francesa, instalação da tubulação frigorígena com tubo de cobre e isolamento térmico; instalação do dreno, instalação elétrica do quadro de distribuição com cabo flexível de 2.5, 4 e 6 mm<sup>2</sup>, instalação elétrica entre as unidades evaporadora e condensadora com cabo PP de 4x2.5 mm<sup>2</sup>, carga de gás freon 22, revisão e teste final do equipamento, incluindo materiais de instalação dos Split's, materiais elétricos e mão-de-obra, no dia 12/11/2010, às 11:00 horas (horário de Brasília), através do uso de recursos de tecnologia da informação, site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br), sendo presidida por Pregoeira Oficial do TJ/MA, na sala da Divisão de Licitação e Contratos, situada na Rua de Nazaré, 173, Centro, CEP 65010-410, São Luis-MA.

A pregoeira informa que, o edital encontra-se disponível nas páginas web do Tribunal de Justiça - endereço [www.tjma.jus.br](http://www.tjma.jus.br), do Comprasnet - endereço [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br) ou na Divisão de Licitação e Contratos, podendo ser copiado mediante a entrega de mídia disquete, CD-R ou pen drive.  
São Luis, 22 de outubro de 2010.

**FLÁVIA GOMES XIMENES ARAGÃO**  
Pregoeira TJ/MA



## AVANÇOS

# Comissão de Combate à Violência no Campo

Os avanços do Maranhão na questão agrária foram reconhecidos nesta sexta-feira durante reunião da Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo, realizada no Salão de Atos do Palácio dos Leões. A reunião, coordenada pela Casa Civil e secretarias de Desenvolvimento Agrário (Sedagro) e de Direitos Humanos e Cidadania (Sedhic), contou com a participação do Ouvidor Agrário Nacional, desembargador Gercino José da Silva Filho.

Durante a reunião, que teve o objetivo de discutir o funcionamento da Ouvidoria Agrária do Estado, Gersino da Silva Filho, que também preside a Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo, elogiou as ações desenvolvidas pelo governo Roseana Sarney nas questões agrárias.

"A governadora tem mostrado sempre trabalhos positivos em relação às questões

agrárias, o que tem servido de exemplo para outros estados do país. São avanços significativos que merecem reconhecimento", disse.

A secretária-chefe da Casa Civil, Olga Simão, destacou que o compromisso do governo em resolver situações agrárias existe desde o primeiro mandato da governadora e a declaração do presidente Gersino é um reconhecimento desse trabalho. "A governadora sempre teve a preocupação com a questão agrária no estado e os avanços são a prova do trabalho positivo que se vem desenvolvendo", declarou.

Olga Simão citou como exemplo desses avanços, a criação da Defensoria Agrária, a Delegacia Especializada nos Direitos Agrários, e a Ouvidoria de Direitos Humanos, que funciona Núcleo de Atendimento de Vítimas à Violência, na Secretária de Direitos Humanos e Cidadania (Sedhic), que tam-

bém pode ser acessado pelo portal da Cidadania.

Como resultado da reunião o Tribunal de Justiça do Maranhão se comprometeu a implantar Juizados especializados com Varas Agrárias, onde juízes responderam somente a questões de conflitos agrários.

O secretário estadual de Direitos Humanos e Cidadania, Sérgio Tamer, ressaltou o compromisso do governo, por meio de diversos órgãos e parceiros na busca de soluções dos conflitos agrários. Prova disso é a Ouvidoria Agrária que está em fase de ajustes para ser implantada no estado. "Temos resultados positivos porque o Governo do Estado tem parceiros que trabalham juntos, como o Incra, Iterma e Tribunal de Justiça e entre outros", finalizou.

## **SL sedia Seminário Estadual do Provita**

O Encontro acontece dias 25 e 26 no Brisamar Hotel e tem organizações de Direitos Humanos do Estado e Sociedade Civil como público prioritário. **(Página 06)**

## São Luís sedia Seminário Estadual do Provita

*Encontro acontece dias 25 e 26 no Brisamar Hotel e tem organizações de Direitos Humanos do Estado e Sociedade Civil como público prioritário*

Acontece dias 25 (segunda-feira) e 26 de outubro o Seminário Estadual do Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas (Provita). Atualmente o programa é executado pela Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH), tanto em âmbito estadual, quanto em âmbito nacional, contando atualmente, também, com um escritório em Brasília/DF. O seminário é uma realização da SMDH e Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Cidadania (Sedihc) e tem apoio da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH-PR).

A divulgação do Provita como uma política pública relevante no combate à impunidade no Brasil, a discussão de questões e desafios enfrentados no cotidiano do programa, o fortalecimento da articulação entre a política de proteção e demais políticas públicas e a sensibilização e o comprometimento de diversas instâncias e agentes do Estado e da sociedade civil com a política de proteção são os objetivos do Seminário Estadual.

Os dois dias de atividades, que incluem palestras e exposições dos órgãos responsáveis pela política de proteção em âmbito federal, bem como de entidades representativas das organizações da sociedade civil que atuam na execução do Provita, têm como público prioritário servidores do sistema de Justiça e Segurança Pública, de Direitos Humanos e de organizações da sociedade civil que atuam na execução do programa de proteção.

Entre estas, destacam-se o Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH), o Fórum Nacional de Entidades Gestoras e o Conselho de Presidentes dos Conselhos Deliberativos dos Programas Estaduais de Proteção. SMDH, Ministério Público Estadual (MPE), Tribunal de Justiça do Estado Maranhão (TJ-MA), Secretaria de Estado de Segurança Pública, e Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Cidadania (Sedihc), ao final do Seminário, irão repactuar suas responsabilidades com a política de proteção no Maranhão.

O Seminário Estadual será realizado no Brisamar Hotel (Av. São Marcos, Ponta d'Areia). Inscrições podem ser realizadas pelo e-mail [smdh@terra.com.br](mailto:smdh@terra.com.br) e/ou telefones (98) 3231-1601, 3231-1897 - interessados em participar devem se inscrever previamente: o número de vagas é limitado. Conheça a seguir a programação.



## Seminário Estadual do Provita/MA - PROGRAMAÇÃO

### **Dia 25**

#### **9h - Abertura**

**9h30min - Conferência:** "A ressignificação da vítima e a pena à luz da noção freudiana de sentimentos inconsciente da culpa"

**Conferencista:** Agostinho Ramalho Marques Neto (Psicanalista, Professor Universitário nas áreas de Filosofia do Direito e Filosofia Política).

**Coordenação da mesa:** Luis Carlos Cintra (Advogado da SMDH, Coordenador do Provita/MA)

**10h30min - Mesa 1:** "Sistema Nacional de Proteção a Pessoas Ameaçadas: Testemunhas, Defensores e Crianças e Adolescentes".

**Expositor:** Fernando Matos (SEDH-PR)

**Debatedor:** Gilson Cardoso (MNDH)

**Coordenação:** Joisiane Gamba (SMDH)

**14h30min - Mesa 2:** "A Política de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas - PROVITA: uma política de Direitos Humanos no Combate à Impunidade".

**Expositores:** Nilda Turra (Coordenadora-Geral de Proteção à Testemunhas/SEDH-PR); Marco Apolo (Sociedade Paraense de Defesa de Direitos Humanos - SPDDH/Fórum Nacional de Entidades Gestoras - FNEG)

**Coordenação:** Sérgio Tamer (Secretário de Estado de Direitos Humanos e Cidadania, Presidente do CONDEL/MA)

**16h30min - Painel:** Desafios do Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas - PROVITA: um desafio para a celeridade processual.

**Expositor:** Márcio Thadeu Silva Marques (Titular da 1ª. Promotoria de Justiça Especializada em Infância e Juventude).

### **Dia 26**

**Manhã - Painel:** Desafios do Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas

- Acolhimento Provisório e núcleo de segurança: experiência do Estado do Ceará.

**Expositor:** Adriana Câmara (Corregedora-Geral Adjunta, representante da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Ceará no CONDEL/CE).

- Conselho Deliberativo do PROVITA: papel e atribuições.

**Expositores:** Carlos Cesar D'Elia (Procurador do Estado do Rio Grande do Sul, presidente do PROTEGE/RS e do Colégio Nacional de Presidentes dos Conselhos Deliberativos dos Programas de Proteção a Testemunhas - CONDELS)

**Coordenação do Painel:** Luis Antônio Câmara Pedrosa (Coordenador de Monitoramento - SMDH).

#### **Tarde**

**14h30min - Mesa:** Encaminhamentos e Acordos Finais

Com representantes do Ministério Público Estadual, Tribunal de Justiça do Estado Maranhão, Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Cidadania, Secretaria de Estado de Segurança Pública e Sociedade Maranhense de Direitos Humanos.





■ A Corregedoria Geral da Justiça decidiu manter sob intervenção o cartório de ofício único de Timbiras e designou a titular do cartório de Igarapé Grande, Gabriella Dias Caminha, para responder por ele.

---

■ O corregedor Guerreira Júnior afastou os titulares Léa Nunes de Melo e Alvim e Luís Antônio Nunes de Melo e Alvim (mãe e filho), após a Polícia Federal detectar e apreender, em abril, 1.484 documentos fraudados.

## CORREGEDORIA MANTÉM INTERVENÇÃO EM CARTÓRIO DE OFÍCIO EM TIMBIRAS

A Corregedoria-Geral da Justiça (CGJ) decidiu manter sob intervenção o cartório de ofício único de Timbiras (a 309 km de São Luís). O corregedor Antonio Guerreiro Júnior prorrogou a medida a pedido de Comissão Processante da CGJ e designou a titular do cartório de Igarapé Grande, Gabriella Dias Caminha, para continuar respondendo pelo cartório timbirense enquanto estiverem suspensos os registradores titulares.

O corregedor afastou os titulares Léa Nunes de Melo e Alvim e Luís Antônio Nunes de Melo e Alvim (mãe e filho), após a Polícia Federal detectar e apreender, no final de abril, 1.484 documentos fraudados na serventia extrajudicial, em maioria registros de nascimento. Desde então eles respondem

a processo administrativo.

A Comissão Processante observa em relatório que foram achados indícios no cartório de que títulos eleitorais teriam sido requeridos a partir de certidões de nascimento irregulares (inexistentes ou ilegais). A descoberta veio à tona por amostragem.

Nos livros submetidos à perícia foram encontrados registros e números de páginas adulterados, enxertos e caligrafia divergente.

**Irregularidades antigas** – O relatório aponta que as irregularidades no cartório já eram visíveis em janeiro de 1980, quando Léa Nunes de Melo e Alvim recebeu o cartório da escrevente juramentada Maria do Livramento Teixeira Mendes. “Dos 26 livros de nascimento, os de número 2 a 5 se

encontravam inteiramente danificados, e o sétimo foi extraviado. Os de número 21 e 22 têm duplicidade”, de acordo com os autos do processo nº 46.307/2009”, menciona o documento.

No cartório de Timbiras era fácil encontrar registros de nascimento nos espaços em branco dos registros de casamento. Em setembro de 1985, a adquirente registrou uma averbação de casamento em termo de nascimento irregular, sendo lavrada na capa de termo de abertura feita originalmente em janeiro de 1965.

“A serventuária deixou transcorrer as atividades registrares e notarias sem ao menos informar tais irregularidades encontradas no seu cartório”, observa a comissão no relatório.

## Guerreiro Jr. abre procedimento contra o juiz de Dom Pedro

O corregedor geral de Justiça, desembargador Guerreiro Júnior, determinou ontem (22) abertura de procedimento administrativo contra o juiz Thales Ribeiro de Andrade, da comarca de Dom Pedro. O juiz é acusado de supostas irregularidades no exercício da magistratura, o que motivou um elenco de denúncias que vem sendo amplamente divulgado pela mídia. Guerreiro Júnior estipulou o prazo de 15 dias para que o magistrado venha a apresentar sua defesa.

Thales Ribeiro é acusado, entre outras coisas, de, em atendimento a um pedido da prefeita da cidade, determinar ao delegado de polícia local Otávio Cavalcante Chaves Filho, cumprir um mandado de busca e apreensão, executando a ação ordinária do processo 547/2010, proposta pelo Município contra o Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Dom Pedro, Joselândia, Santo Antonio dos Lopes e Senador Alexandre Costa para proceder a busca e apreensão de uma motocicleta de propriedade de Ivanildo Rosa Sobral, cunhado de Vera Alves, que é presidente da entidade.

A execução foi em decorrência de o magistrado haver declarado irregular uma greve deflagrada pelos professores municipais de Dom Pedro. A sindicalista revelou que a apreensão do veículo foi em função de uma dívida de R\$ 70 mil, apli-



pele **Jornal Pequeno**, que Thales Ribeiro bloqueou 30% do seu salário. O desembargador Guerreiro Júnior destacou que as denúncias são graves, enfatizando que a serem comprovadas sua veracidade o juiz sofrerá as sanções cabíveis.

O corregedor geral de Justiça afirmou, ainda que existe multa/diária de R\$ 5 mil, imposta desde o dia 27 de setembro.

Diz ainda a sindicalista,

numa carta que foi publicada cada contra ela, referente a uma a questão da precedência contra o juiz, que já foi advertido pelo Pleno do Tribunal de Justiça, em março de 2009. Ficou constatado, naquele período, segundo Guerreiro Júnior, que Thales Ribeiro foi beneficiado com despesas de hospedagens pagas pela prefeitura de Dom Pedro, sob a administração do ex-prefeito Ribamar Filho, com recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (Fundef).

"A Controladoria Geral da União comprovou que o juiz foi beneficiado com 330 diárias, referente à sua estada na cidade de setembro a dezembro de 2005 e de abril a outubro de 2006, num total de R\$ 6.600", destaca o desembargador. Thales Ribeiro também já foi punido com a pena de censura, pelo fato de não residir na cidade. *(Ascom da Corregedoria do TJ-MA)*



O corregedor Guerreiro Jr. (acima) 'enquadrou' o juiz Thales Ribeiro (abaixo)



## **Juíza Sônia Amaral vai expor em congresso internacional**

A juíza auxiliar da Presidência do Tribunal de Justiça do Maranhão, Sônia Amaral, foi convidada para proferir palestra sobre violência doméstica no "*Legal Forum*", evento sobre a Justiça realizado pelo Banco Mundial. A apresentação acontecerá no dia 11 de novembro, na sede do Banco, em Washington, capital dos Estados Unidos.

No evento, a juíza proferirá palestra sobre a experiência brasileira da Lei Maria da Penha. Ao falar sobre a violência doméstica, Sônia Amaral vai abordar como era, como está e quais os avanços no cenário brasileiro no tocante ao combate a esse tipo de violência.

Em relação ao cenário maranhense, Sônia Amaral disse que as duas Varas especializadas na violência doméstica têm cumprido seu papel e destacou o excelente trabalho realizado pelos juízes Nelson Melo e Sara Fernanda.

Sônia Amaral afirmou que o contexto maranhense segue a tendência nacional. "Apesar do aumento no número de denúncias, o medo ainda é o principal fator inibidor das vítimas de violência doméstica", afirmou a juíza, citando pesquisa realizada no ano de 2007, patrocinada pelo Senado Federal. O Fórum será realizado de 08 a 11 de novembro e está voltado para estudantes americanos de direito e técnicos do Banco Mundial.

## ***Polícia Civil prende foragido da Justiça na Vila Kiola***

DIVULGAÇÃO

A Superintendência de Polícia Civil da Capital (SPCC) apresentou na última quinta-feira, 21, Sandro Serrão Batista (foto), conhecido como 'Sandro Bóia', 31 anos. Ele foi preso por volta das 11h do mesmo dia, na Rua Princesa Isabel, nº 4 – Vila Kiola.

A prisão de Sandro foi resultado de uma ação policial em cumprimento a mandados por roubo duplamente qualificado. Ele responde por vários delitos, dentre eles processos na 5ª Vara Criminal, 2ª, 7ª, e quando foi sentenciado e condenado já estava preso.

De acordo com informações da Superintendência de Polícia Civil da Capital, a captura do acusado ocorreu dentro da sua própria residência, localizada na Vila Kiola. No momento da prisão, Sandro ainda tentou reagir usando a força com os agentes.

Ainda de acordo com a SPCC, Sandro Bóia costumava fazer assaltos a bancos, também teria cometido um homicídio no Estado do Pará. Ele não foi autua-



do em flagrante, mas pagará pelos mandados de prisão que pesam sobre ele.

**O acusado** – Sandro foi apresentado à Superintendência de Polícia Civil da Capital, onde prestou depoimentos e logo após foi encaminhado para o Centro de Triagem, em Pedrinhas, e está à disposição do juiz da 8ª Vara Criminal.

## Contas

● O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Jamil Gedeon, realizará no próximo dia 26, às 9h, reunião no polo judicial de Chapadinha, para apresentar aos juízes os resultados dos últimos investimentos na estruturação da Justiça naquela região. O presidente apresentará os números referentes à arrecadação, novos servidores, equipamentos, móveis, dentre outros dados referentes às ações do Planejamento Estratégico do Judiciário, que busca melhorar a organização na área administrativa para aprimorar a qualidade dos serviços à população.



## ***Presidente do TJ presta contas da gestão para juízes do polo de Chapadinha***

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Jamil Ge-deon, realizará no próximo dia 26, às 9h, reunião no polo judicial de Chapadinha, para apresentar aos juízes os resultados dos últimos investimentos na estruturação da Justiça naquela região. O presidente apresentará os números referentes à arrecadação, novos servidores, equipamentos, móveis, dentre outros dados referentes às ações do Planejamento Estratégico do Judiciário, que busca melhorar a organização na área administrativa para aprimorar a qualidade dos serviços à população.

O polo judicial de Chapadinha reúne as comarcas de Chapadinha (sede), Araiases, Brejo, Buriti, Magalhães de Almeida, Santa Quitéria, São Bernardo, Tutóia e Urbano Santos.

## COMO É QUE FICA?

Parece que ninguém se mexe para apurar o caso de cerca de 3 mil certidões de nascimento falsas que foram tiradas em cartórios de cidades maranhenses. Muitos acham que o plano tem a ver com as eleições. Mas como no Maranhão as coisas da justiça demoram muito, vai chegar nova eleição e ninguém apura nada, mesmo sendo uma determinação do corregedor-geral do Tribunal de Justiça, desembargador Guerreiro Júnior. Já se fosse contra os adversários da monarquia sarneysista já tinha até gente presa.

## **JUIZ ACUSADO**

O corregedor geral de Justiça, desembargador Guerreiro Júnior, determinou ontem abertura de procedimento administrativo contra o juiz Thales Ribeiro de Andrade, da comarca de D. Pedro. O magistrado é acusado de supostas irregularidades no exercício da magistratura, o que motivou um elenco de denúncias que vem sendo amplamente divulgadas pela mídia. Guerreiro Júnior estipulou o prazo de 15 dias para que o magistrado venha a apresentar sua defesa.